III Congresso de Estudantes de Geografia - 2019

TESES

Índice

Movimento Estudantil

Conjuntura

CEGE em Movimento!
Tese de Movimento Estudantil ao Congresso da Geografia USP 2019

São muitos os desafios impostos pela conjuntura. Os governos de Bolsonaro e Dória, já impõe uma série de ataques contra o movimento estudantil, nossas condições de vida e à educação. Existe disposição de luta na Geografia para enfrentar estas medidas, mas é necessário que o movimento estudantil no curso se reorganize para que possamos avançar.

Desde setembro de 2013, o centro acadêmico da Geografia (CEGE) é gerido por um sistema de autogestão. Há anos, este modelo já se encontra em crise, ocasionando um distanciamento entre a entidade e os estudantes do curso. A tese vitoriosa no último Congresso dos Estudantes de Geografia (2016), no entanto, determinou a continuidade da autogestão. Outras teses levadas ao congresso, demonstravam um descontentamento do corpo estudantil com os problemas deste modelo que já se encontrava desgastado, e que apenas se agravaram nos últimos dois anos e meio.

Alguns argumentos levantados em defesa da autogestão são o seu caráter inclusivo, de organização horizontal, na qual todos estudantes de Geografia poderiam participar ativamente da construção do centro acadêmico, sem a necessidade de uma democracia representativa, levando em consideração que os estudantes não precisam escolher quem toma as decisões por eles, mas sim devem tomá-las. Todavia, fica cada vez mais evidente que este modelo é, atualmente, incapaz de cumprir com estes propósitos.

A maneira como o centro acadêmico do curso vem sendo gerido é pouco convidativa. O modelo autogestionado do CEGE é falho, pois é pouco democrático, na medida em que apenas uma minoria tem a disponibilidade de estar presente e tocar tarefas do centro acadêmico. A maioria dos estudantes, por diversos motivos, não pode compor a gestão do CA, e, a partir do momento em que isso não acontece, o modelo de autogestão já se torna questionável. Além disso, a falta de apresentação de programas e debates políticos para a gestão da entidade, condição intrínseca ao modelo atual, tira a chance que estes estudantes teriam de escolher um projeto que efetivamente lhes representasse. Por isso, defendemos que haja

uma disputa clara e aberta entre programas políticos distintos para o Centro Acadêmico.

O resultado é que o CEGE é, atualmente, uma entidade muito esvaziada, sem a força política necessária para cumprir com o papel importante que o Centro Acadêmico de Geografia deve ter. Poucos estudantes se encarregam de tocar as tarefas que envolvem a entidade, e, de certa maneira, acabam tomando decisões por todo o corpo estudantil do curso, sem terem sido escolhidos para tal função. Isso ocorre devido à inexistência de responsáveis por levar as políticas do CA a frente.

Desta forma, não existe responsabilidade com as demandas estudantis, pois não há proposta, programa ou prazo a ser cumprido. Os espaços de política se tornaram esvaziados, e a entidade se mostrou incapaz de envolver os estudantes em pautas que deveriam ser de extrema importância para todos. Espaços e fóruns de discussão e deliberação do curso - como as reuniões e assembleias - acabaram se tornando cansativos e desgastantes para a maior parte dos estudantes, reduzindo seu potencial de organizar a nossa luta pelas nossas pautas. É urgente retomarmos esses fóruns, justamente pela importância que carregam - e, para isso, é preciso repensarmos esses espaços, possibilitando a realização de amplas discussões sobre as questões que nos dizem respeito, nos conduzindo a acúmulos que poderão ser afinados em cada assembleia, para delas tirarmos decisões acertadas e encaminhativas.

Não há mais espaço para que este modelo se perpetue na Geografia. Por isso, precisamos repensar o movimento estudantil no curso. O momento em que vivemos exige que o CEGE seja uma entidade fortalecida e articulada com as pautas do movimento estudantil e da sociedade brasileira. É preciso politizar a Geografia! O Centro Acadêmico não pode ser apenas um espaço administrativo, mas cumprir seu papel fundamental de organizar e mobilizar nossas lutas. Isso significa uma reestruturação da entidade para que ela possa se transformar em um instrumento de luta capaz de articular o corpo estudantil da Geografia com pautas mais amplas da educação e sociedade brasileira - cabendo nesse ponto ressaltar o importante diálogo com outras entidades (estudantis, sindicais, profissionais, de

bairro) e também com movimentos sociais. Precisamos de uma entidade que esteja a altura dos desafios que estão colocados.

Para isso, defendemos que seja retomado o modelo de gestão no CEGE, havendo organização de eleições, nas quais as chapas poderão apresentar seus programas para a entidade, de forma que a maioria dos estudantes consiga debater os desafios, deveres e rumos do CEGE, e que existam responsáveis pelas tarefas do centro acadêmico, que possam ser cobrados e referenciados pelos estudantes, diferente do que hoje está colocado.

Importante mencionar que uma gestão eleita para nosso Centro Acadêmico, ainda que escolhida a partir de um programa referendado pelo conjunto dos estudantes, não está e não pode estar descolado do entendimento político do corpo discente. Ainda que haja certa autonomia relativa - esta, sempre condicionada pelo programa eleito pelos estudantes - toda e qualquer gestão estará subordinada a fóruns democráticos do movimento (reuniões abertas e assembleias), além dos documentos construídos por todos nós em Congresso: Carta de Princípios e/ou Estatuto, que dão as linhas gerais pelas quais a entidade deverá atuar entre um Congresso e outro. São também esses documentos que determinam qual a periodicidade de realização dos nossos Congressos, estes entendidos como fóruns máximos de discussão e deliberação política do curso.

Além disso, entendemos como tarefas cruciais de qualquer gestão para com o conjunto do curso, buscando também manter a responsabilidade com a entidade estudantil, os seguintes pontos:

- convocar periodicamente fóruns, reuniões abertas da entidade e assembleias de curso, buscando garantir um amplo debate político sobre as questões que nos afetam e uma forma organizada e encaminhativa de decidirmos nossas ações coletivas. Os fóruns abertos e deliberativos da entidade são os espaços soberanos do movimento estudantil da Geografia;
- organizar comissões para dar conta das tarefas políticas, institucionais, culturais e acadêmicas ligadas ao cotidiano dos estudantes;
- realizar reuniões internas para tratar das questões financeiras, prestando contas regularmente com o conjunto do curso, de forma a garantir transparência da entidade;

- auxiliar organizativa e financeiramente os Grupos de Trabalho (GTs) já realizados na Geografia, e abrir espaço para a criação de novos GTs, buscando consolidar e ampliar estes momentos de discussão e prática dos nossos conhecimentos da área;
- as eleições da entidade devem ser convocadas anualmente, para garantir o debate político de programa para o CEGE com a maioria dos estudantes;
- garantir que o CEGE e o movimento estudantil da Geografia participe e seja referenciado no movimento estudantil para fora do curso.

Assim, convidamos todas e todos estudantes de Geografia para pensarem nos pontos acima levantados, considerando especialmente o momento político que vivemos e a importância de termos nossas entidades estudantis - no nosso caso, o Centro Acadêmico - não só existindo formalmente, mas ativas, consolidadas e preparadas para serem instrumentos de luta política dos estudantes.

Assinam esta tese:

1. Aline Titon Sales - 1° ano
2. Allan Kenzo Hashimoto Terada - 1° ano
3. Ana Flávia Vicentini Benfica - 2° ano
4. André Anuatti Reis - 2° ano
5. André Nagle Cecco - 3° ano
6. Arielly Tomazia Costa - 2° ano
7. Aristóteles Trombini dos Santos - 2° ano
8. Arthur Mello - 1° ano
9. Beatriz Gallardo Calderón - 3° ano
10. Bianca Giordano Salgueiro - 1ºano
11. Bruna Fligeri - 1° ano
12. Bruno Carvalho Michaelovitch de Mahiques - Licenciatura
13. Camila Luz Soares - 4º ano
14. Danylo Amilcar Quirino Salvador - 2° ano
15. Davi Tochetto Bove - 4º ano
16. Denise Santos dos Reis - 1° ano
17. Enrico Bigotto - 4° ano

18. Enzo Perucelo Feliciano - 1° ano
19. Evellyn Nogueira de Almeida - 2º ano
20. Fábio Vinícius Ferreira Chaves - 2° ano
21. Felipe Simoni Farias - 2° ano
22. Filipe José Nogueira de Lima - 5° ano
23. Flora Amador Junqueira - 1° ano
24. Gabriel Renan Maria - 1° ano
25. Gabriela Rodrigues Kusznievicz - 2° ano
26. Gabriela Soldera Ferro - 5° ano
27. Giordano Barão - 3º ano
28. Guilherme de Souza Machado - 1° ano
29. Helena Ramos Serizawa Besson - 1º ano
30. Igor Renan de Camargo Vieira Gomes - 1° ano
31. Isabella Sgrott - 2° ano
32. Isabella Zarattini Brandão - 2° ano
33. Karen Cecilio Takahara Marcelino - 3° ano
34. Leandro de Santana Silva - 1° ano
35. Leonardo Maggi de Oliveira - 1º ano
36. Luca Pilotto Martins de Carvalho - 1° ano
37. Lucas Andrade Alves de Lima - 1° ano
38. Lucas Rodrigues Alencar - 2º Ano
39. Lúcio Cerri Guimarães - 7o ano
40. Luís Alexandre Metzler Guedes - 2º ano
41. Mariane Carvalho - 5º ano
42. Michel Borges Marques - 1° ano
43. Monique Calderaro da Rocha Santos - 2° ano
44. Nathália Sitta Bezerra - 2° ano
45. Pedro Spadari Bianco - 4º ano
46. Raiane Gabriela Forti - 2° ano
47. Renato Assad - 3° ano
48. Ricardo Freitas de Almeida - 5° ano
49. Roberta Tiemi Pompeu Kimura - 3° ano

50. Rodrigo Meneguel Cato - 2° ano
51. Sofia Canarim Goulart - 2° ano
52. Tainã Sousa Costa - 3° ano
53. Talita Ventura da Silva - 2° ano
54. Thais Rodrigues Bueno da Silva - 5° ano
55. Tomás Carrera Massabki - 5º ano
56. Victória Ramos dos Santos - 1° ano
57. Vitor dos Santos Costa - 1° ano
58. Vitória Ribeiro Pereira - 2° ano
59. Weslley Valentim - 5º ano
60. Yone Maximiano da Silva - 1° ano

cege: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a luta

Nos últimos tempos, os estudantes da geografia parecem perdidos como cegos em tiroteio: vemos, sistematicamente, uma série de ataques sendo aplicados contra nós e contra o nosso curso, e não conseguimos responder à altura.

A USP está sendo desmontada e as condições de estudo e trabalho pioram alarmantemente. Ainda assim, o governo ameaça cortar mais verbas da universidade. Sabemos que na prática isso significará mais demissões, arrocho salarial para os funcionários e menos bolsas de permanência estudantil.

Neste cenário, em que a reitoria bloqueia a nossa organização atacando a autonomia dos espaços estudantis e mesmo impedindo a realização do congresso dos trabalhadores da USP, o CEGE poderia ser uma ferramenta importante, uma alavanca para a organização estudantil independente. Mas há anos vemos reinar a paralisia: o CA é tomado pelo marasmo, sua função é pouco clara e está muito aquém do que a conjuntura exige politicamente. Enquanto o governo tenta articular a reforma da Previdência e a luta dos trabalhadores e da juventude começa a ser rearticulada, acreditamos ser urgente que o Centro Acadêmico seja retomado, sobretudo, enquanto uma ferramenta de luta dos estudantes.

O QUE HÁ DE ERRADO COM O CA?

O CA é a entidade que pertence a todos os estudantes do curso, independente da sua forma de gestão. Como dissemos, é um instrumento importante de mobilização, desde que suas políticas sejam deliberadas de forma clara e conjuntamente pelos estudantes, desde baixo, em fóruns democráticos.

Diferentemente da maioria dos centros acadêmicos, o CEGE não tem uma gestão eleita, funciona através da autogestão. Este modelo surgiu em 2013, em meio a uma greve estudantil, como forma de se contrapor ao imobilismo no qual se encontrava o curso. Surgiu como uma saída imediata para se contrapor à política burocrática das gestões então eleitas, encabeçadas pelo PT, que fecharam a entidade, a aparelhando para seus interesses políticos particulares.

Mesmo surgindo de um sentimento legítimo dos estudantes, de uma necessidade real de desburocratizar as entidades estudantis, atualmente a autogestão chega ao seu esgotamento sem conseguir avançar nas principais debilidades do movimento. Seis anos depois, nos deparamos novamente com um CA inerte e engessado, à margem das lutas mais importantes. Fica óbvio que este modelo caducou, e que o problema central, outrora, não era o modelo de gestão, mas o programa que a guiava.

OS LIMITES DA AUTOGESTÃO

O modelo de autogestão, atualmente, significa a inexistência de um debate claro e público sobre a política do Centro Acadêmico. Há muito tempo os estudantes, em maior ou menor grau, não sabem quem "é do CEGE" e não sabem o que aqueles que tocam a entidade defendem para o cotidiano dos estudantes. Ninguém sabe quais são as suas propostas para enfrentar a atual conjuntura de ataques pelos governos, neste momento de profunda crise política e econômica, e sobretudo, seus projetos para avançar na articulação de mais estudantes.

Teoricamente, a autogestão é um método aberto e especialmente horizontal de organização de uma entidade. Todavia, na prática, vemos que há um grupo de pessoas que toma a frente política da entidade, aplicando “seu programa”, que nunca foi votado. Assim, os rumos do movimento estudantil da geografia são decididos à revelia da participação da maioria dos estudantes, assim, decisões cotidianas perderam legitimidade aos olhos dos estudantes.

Por muitos anos, o CA funcionou apenas por pequenas e dispersas reuniões, muitas vezes sem devir claro, e desta maneira, o CEGE se tornou um aglomerado dissociado e inorgânico de micropolíticas, pois se tornou um espaço onde cada um pauta seu próprio projeto político, sem disputas ou embates.

Não há delimitação de um programa que guie as ações do CA (existe, apenas, uma confusa “carta de princípios”, cheia de abstrações, que nunca foi vista pela grande maioria dos estudantes), nem de responsáveis por executá-las. Por isso questionamos: como o CEGE pode ser a entidade de representação dos estudantes, se ninguém sabe o que aqueles que estão à sua frente defendem, ou defenderão, no dia-a-dia? Qual estudante se interessa em participar de algo tão pouco claro, em que as posições políticas e concepções programáticas não o apresenta um programa ou perspectiva para a realidade?

RETOMAR A DISPUTA POLÍTICA PARA REVIVER A ENTIDADE

Achamos que é hora de mudar, sem tabu, e organizarmos eleições para o Centro Acadêmico. Para superar a atual apatia da nossa entidade é preciso, pensamos, fortalecer a discussão por meio da apresentação de programas, trazer de volta a disputa política para a realidade dos estudantes e garantir o controle estudantil sobre o CA por meio da democracia direta.

Neste modelo, os estudantes elegem uma gestão e votam em um programa para que ele seja aplicado no dia-a-dia. Afinal, o Centro Acadêmico existe para intervir no cotidiano dos estudantes e da universidade. Quando uma gestão é eleita, os estudantes votam na política com a qual mais concordam. As chapas, em geral, carregam programas distintos para a intervenção do CA no cotidiano do movimento e do curso. Os programas devem ser apresentados às claras no processo eleitoral e, o que tiver maior respaldo pelo conjunto de estudantes deve ser aplicado na prática, possibilitando que o movimento no curso passe pela a experiência com os diferentes de projetos políticos e, a partir da experiência, faça balanços e amadureça politicamente para melhor se armar para os enfrentamentos. Ressaltamos que é preciso sempre pressionar por reuniões abertas, assembleias,

denunciar publicamente quanto a entidade se fecha, etc, são tarefas necessárias de serem feitas para garantirmos a democracia do movimento e o controle da maioria sobre ele.

Alguns estudantes dizem: e se quem ganhar as eleições for pior? Ao menos estaremos fazendo a experiência com um programa político claro, passível de balanço. A responsabilidade política dessa experiência recai sobre uma gestão determinada, cuja atuação é sujeita à crítica e ao debate cotidianamente. Ao contrário do que ocorre hoje, em que as pessoas à frente da autogestão estão na zona de conforto, afinal, se todo mundo é gestão, ninguém é também - e assim, a culpa da desmobilização é jogada nas costas “dos estudantes que não colam”, desprezando totalmente o fato de que a tarefa central de um Centro Acadêmico é agir conscientemente para articular os estudantes, e trazer cada vez mais pessoas para lutar.

Se eximir dessas tarefas e negar a disputa política aberta, pelo receio de ver o CA sendo gerido por setores com posições políticas diversas é um erro que apenas contribui com a despolitização do curso. Defender a autogestão nesses termos apenas é um temor do embate, da disputa das ideias com participação mais massiva dos estudantes. É a aceitação de um ME vazio e burocrático como o atual.

Defendemos, portanto que o Cege volte a ser gerido por chapas eleitas em urna. É preciso devolver aos estudantes o direito de decidir o programa de luta que eles querem para o futuro, isso não pode mais ser decidido em pequenas reuniões. É preciso ter uma gestão que possa agir com velocidade sobre a conjuntura, que possa ser cobrada por seus erros e acertos. Abrir novamente a participação no CA para qualquer estudante, através de reuniões abertas a voz e voto periódicas, pois a única garantia que temos contra a desmobilização e o burocratismo é a disputa aberta e honesta pelo futuro da nossa entidade no processo eleitoral e principalmente nos fóruns de democracia direta.

território livre

BALANÇO DE CONJUNTURA

Fazer do nosso cotidiano um ato político, proposta base da experiência autogestionária do CEGE desde de 2013, é um princípio que ainda nos move. Não apenas por acreditarmos que a democracia direta, sem intermediários entre nós e o poder - o fazer, o pensar, a discussão, etc. - deve ser a base para uma atuação política que vise a libertação e a cooperação em qualquer grupo, tanto em seu sentido emancipatório maior e amplo das opressões e alienações imposta pela vida no capitalismo, como também enquanto momento de aprendizado para os/as estudantes.

Desde seu início, a autogestão na geografia se mostrou um projeto viável de organização estudantil, capaz de contribuir positivamente no aprofundamento de discussões relevantes que não recebiam a devida atenção (cotas, descolonização do pensamento, ação política horizontal) e que seguindo seus princípios horizontais mudou o antigo panorama de participação política no nosso curso.

Se em 2013 o CEGE era uma sala sem significado prático na vida dos estudantes, ou, ao menos, se mantinha fechado por uma gestão que não conseguia - e não tinha como princípio - mobilizar os alunos em torno de uma luta política, desde então o CEGE se tornou parte viva do cotidiano estudantil. É inegável, mesmo com a desmobilização geral do movimento estudantil (ME) a partir de 2016 o CEGE se mantém como local de encontro e vivência para todos nós.

E quando nos referimos ao CEGE quase enquanto um sujeito, como que materializado em torno de seus militantes ou do seu espaço, o fazemos baseado na ideia de que ele tem um formato (burocrático, físico, organizacional, etc.) e um conteúdo dado por aqueles que ainda participam dele - incluindo todos os militantes, ainda que não concordem com a autogestão e participam à sua maneira.

A forma que o CEGE se encontra é de fundamental importância em sua militância. Seus materiais, seu espaço e, principalmente, a sua forma de organização gestão/autogestão, por exemplo - vão influir de diversas formas nas suas lutas e nas suas conquistas. Contudo não é na forma que se encontra a fonte de energia da política, é precisamente no seu *conteúdo*.

O ME se tornou uma presença impopular no cotidiano da geografia. Esse fato se deve por uma complexidade de acontecimentos que vão além da finalidade deste texto, mas que, ainda assim, estão relacionados com erros estratégicos do ME dentro da universidade, como por exemplo: as entidades que não formam seus militantes para ação política, mas sim para divulgação de um programa político externo ao contexto universitário; a incapacidade da organização estudantil - principalmente durante os ataques recentes à universidade pública - em partir para uma radicalização de suas ações; e na na dificuldade de criar meios para dialogar com a base - o que, em nossa visão, tem a maior importância no caso da geografia.

Dentro de um panorama de pluralidade de posicionamentos (apesar de praticamente todos nós nos identificarmos com a esquerda) e de extrema exaustão do cotidiano, com o tempo de estudo e trabalho se acumulando, uma enorme parcela dos nossos/as estudantes simplesmente não tem tempo para a participação política. Contudo, ainda que almejar ter 100% de participação seja irreal, não houve uma real preocupação em disponibilizar as

informações sobre o que está acontecendo no curso e muito menos em promover meios para aproximar a prática política aos estudantes.

Houveram, em diferentes momentos chaves desde de 2013, ações de dentro do CEGE que buscaram ampliar e se aproximar com a base, visando usar da capacidade adaptativa da estrutura autogestionária para criar instrumentos de discussão política horizontal, mas estas tentativas foram ignoradas muito em conta da suposta urgência de contribuição - normalmente sem momento para discussão - em um movimento conjuntural de lutas na esquerda.

A necessidade de mudar o conteúdo da luta, de radicalização, de ampliar os instrumentos de ação política e de reflexão sobre o que acontece no mundo - afinal de contas, estamos na universidade pública e batalhamos pela sua manutenção e ampliação foi solapada pela necessidade de atuar agora, sem crítica, sem construção pela base, sem preocupação em formar a militância, importando e aceitando um conteúdo externo a militância dos alunos na geografia.

Se essa nossa leitura faz alguém pensar que isto é um ataque às organizações que frequentam e atualmente almejam a gestão do CEGE, isso mostra muito mais da visão geral sobre a militância deles do que especificamente da conjuntura aqui apresentada.

É preciso lembrar que a autogestão alcançou avanços para o movimento estudantil, ou melhor, o conteúdo humano, as ideias e lutas que compunham a base estudantil na geografia desde de 2013 - que se materializaram em uma autogestão - contribuíram de forma profunda na vida de diversos alunos e na forma autogestionária que até agora conduz o CEGE.

Não se pode afirmar que determinada instituição ou forma de fazer política seja responsável pela vitória ou derrota de alguma luta popular. É seu conteúdo, suas pautas, a sua participação, a contribuição de seus militantes e a sua capacidade de crítica da realidade que contribuem em uma estratégia e prática vencedora na mudança da realidade.

Assim, ainda acreditamos em tornar a política parte do cotidiano, na participação direta no processo político e em relação horizontais em nossa militância. Defendemos a manutenção da autogestão com seus instrumentos de diálogo e deliberação, mas com uma perspectiva de mudança no conteúdo de nossas lutas e uma autocrítica se faz muito necessária.

A autogestão não vem cumprindo com seu dever para com a base estudantil desde de o início da crise política em 2016. O congresso da geografia que aconteceu no mesmo ano se mostrou absolutamente insuficiente enquanto momento de reformulação, sendo que o grande acordo de cooperação e maior participação dos militantes de outras organizações no CEGE foi interrompido pelo sumiço da ata do congresso e a retomada do cotidiano sobrecarregando aqueles que ainda permaneceram na militância.

Foi precisamente a partir deste momento, em que a prática estudantil perdeu parte dos estudantes que passaram pelo momento de atuação política e conceberam o formato autogestionado na geografia, já que nós temos de 5 a 6 anos em média para concluir a graduação, que praticamente se perdeu e a participação cada vez mais deixou de estar no CEGE. Os erros de personificar algumas funções e de evitar uma institucionalização mais formal e clara para os alunos ingressantes fez, inserido em um panorama de acontecimento que mudaram a conjuntura política do país, com que a distância natural entre a política e cotidiano se aprofundasse cada vez mais dentro do curso - ainda que não chegue aos pés do que era antes do CEGE se tornar autogestão.

Entendemos que a necessidade de buscar um novo conteúdo, novas pautas, nova forma de diálogo, de responsabilidade e de diálogo dentro do curso não contradiz a nossa ideia de estrutura autogestionada. O ponto central que propomos é uma importante mudança na distribuição de responsabilidade e no fortalecimento da estrutura da assembleia do CEGE e da reunião. Entendemos que a falta de uma organização para a manutenção desses espaços pode ser superada pela eleição de responsáveis que formassem um Grupo de Trabalho (GT) incumbido de tocar uma política coesa dentro do CEGE, logicamente respeitando as deliberações da assembleia e seguindo os princípios básicos da participação de todos.

Assim nossa estrutura se reflete na manutenção dos GTs já existentes e na criação do GT coordenador, que se reuniria semanalmente com reuniões aberta e discutiria as pautas condizentes com a totalidade do curso, principalmente disponibilizando as informações sobre o que vem sendo feito no CEGE e articulando os outros fóruns participativos em que temos representação. Assim este GT cumpriria a atual função das mídias do CEGE - tocando as páginas nas redes sociais, fazendo o calendário e consolidando as informações dos GTs e dos representantes discentes. Isto está esquematizado na última parte sobre a estrutura.

CONCLUSÃO

A forma apenas não basta para mudar a atual situação do CEGE. Ser gestão ou autogestão não pode ser entendido como o essencial no debate do congresso da geografia.

Ainda assim acreditamos na forma autogestão por que ela permite uma melhor relação entre a instância individual de cada estudante, com suas vontades, interesses, criatividade e ideias, e seu âmbito social, sua capacidade de a partir do trabalho transformar a realidade e a partir da luta coletiva emancipar a todos, entendo a fragilidade do momento universitário da graduação e sua importância para formação de um geográfx crítico apto a atuar na sociedade.

Se o movimento estudantil se tornou essa militância mal vista, não foi por conta da autogestão, mas do conteúdo dado a ela, sendo nossa responsabilidade identificar as contradições atuais que perpetuamos e, a partir da ação conjunta de todos, nos adaptarmos para voltar a fazer do CEGE um local efetivamente de luta política e construção estudantil. Desde já reafirmamos a importância do diálogo com as outras teses e, entendo a importância do momento histórico que vivemos, nos comprometemos em cooperar sempre, de forma honesta ainda que crítica.

ESTRUTURA DO CEGE

A manutenção das estruturas que consideramos ainda eficientes, sendo elas os **a) GTs, b) o Congresso da Geografia, c) as Assembléias gerais e d) as reuniões gerais**, bem como a renovação daquelas que se encontram desmobilizadas são os dois pontos fundamentais da estruturação que almejamos para autogestão.

Assim, observando as defasagens e contradições que surgiram dentro da história recente do CEGE propomos um **"GT de coordenação do CEGE"**. Dentro deste grupo de trabalho teremos representantes tirados em assembleia que ficarão, a partir das reuniões do CEGE, incumbidos de **tocar os princípios do CEGE** e de **desenvolver o trabalho de coordenação**: entre os estudantes, os fóruns que o CEGE tem representação (seja em nível de Departamento de geografia ou em nível de fóruns estudantis), e os diferentes trabalhos sendo tocados pelos GTs e comissões.

Assim ele passa a ter as funções da “comissão de comunicação” **através da publicação de atas e divulgação das atividades e deliberações.**

Estes representantes não têm direitos diferentes do resto da base estudantil, sendo que eles são responsáveis por organizar as reuniões e assembleias mas não deliberar arbitrariamente. Ou seja, cumprindo o papel democrático das assembleias abertas, dado o quórum mínimo, não havendo reuniões fechadas e decisões tomadas em assembleias esvaziadas

Objetivamos com essa mudança na estrutura da autogestão facilitar a distribuição de informação, deixando claro para todos as regras do espaço democrático e passar a ter, ainda que de forma horizontal, constituição de lideranças responsáveis, facilitando a atuação de quem está interessado ao mesmo tempo que mantendo a deliberação direta da base.

Buscamos delimitar o novo GT a partir dos seguintes acordos:

§1. É de responsabilidade do GT Coordenação facilitar a ação política dentro do CEGE, seu funcionamento está baseado nas **Reuniões** *- sempre abertas a todos, ocorrendo pelo menos uma vez por semana e onde serão discutidas pontualmente as ações voltadas à prática dos princípios do CEGE acordados em Congresso - e nas* **Assembleias** *sempre abertas a todos, tendo quórum mínimo de 10 pessoas para deliberação e voto igualitário.*

§2. Os representantes são eleitos em assembleia por maioria simples e vão ser distribuídos de acordo com o ano em que estão da graduação, respeitando a seguinte proporção: 4 alunos do primeiro ano; 4 alunos do segundo ano; 3 alunos do terceiro ano; 2 alunos do quarto ano em diante. Eles têm como função básica executar os preceitos acordados pelo congresso da geografia na carta de princípios do CEGE, atuando sempre dentro das reuniões e assembleias do CEGE como organizador e facilitador da ação coletiva. Seu mandato dura 6 meses, podendo se reeleger, respeitando as proporções dos anos, quantas vezes conseguir.

§3 Como forma de tocar as ações do CEGE o GT de coordenação tem a prerrogativa de criar comissões, definidas dentro das reuniões - sempre informando o resto da base seja em assembleia ou pelas redes sociais - e com caráter meramente prático, sendo que ela pode se reunir separadamente, desde que devidamente informado dentro da reunião e aos demais alunos, mas tendo suas principais decisões sempre tomadas em reuniões ou assembleias. É considerado importante que os representantes participem em uma comissão cada, evitando sobrecargas, para facilitar a manutenção do diálogo entre elas. Temos como proposta de comissões básicas ligadas ao GT de coordenação:

1.Permanência estudantil;

2.Calourada/formação política;

3.Representantes Discentes;

4.Forum do Espaço Aquário;

5.Festas/Cervejadas;

6.Financeiro;

7.Mídias.

§4 As comissões podem se tornar GTs livremente, se desvinculando do GT coordenador mas ainda respondendo às assembleias, mas é esperado que este processo seja votado em assembleia com decisão de maioria simples.

PRINCÍPIOS DO CEGE.

Consideramos como princípios para o CEGE:

a) **GARANTIR A AÇÃO POLÍTICA:** organizar coletivamente e politicamente o corpo discente da Geografia, fortalecendo a autogestão, a horizontalidade, a unidade e contribuindo para a formação política necessária para tal (com a calourada e a formação de base);
b) **REPRESENTAR OS ESTUDANTES DO CURSO DE GEOGRAFIA USP:** Organizar a participação de estudantes de geografia nos diversos fóruns nos quais possuímos espaço – como o Conselho Departamental de Geografia e as muitas comissões departamentais, o Conselho de Centros Acadêmicos (CCA), o fórum do Espaço Aquário, além dos Conselhos Regionais e Nacionais do movimento de área da Geografia. As propostas e posições encaminhadas a estes fóruns devem sempre se submeter às decisões coletivas tiradas em assembleia de curso;
c) **CONTRIBUIR COM A FORMAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DE TODOS OS ALUNOS NO PROCESSO POLÍTICO:** Fomentar uma cultura política de participação direta entre xs estudantes do curso. Isto tanto no momento de debate e organização das ações políticas – através da democracia direta da assembleia e da formação de base – quanto no momento de execução destas – através da ação direta;
d) **TRANSPARÊNCIA NAS ATIVIDADES DO CEGE:** Divulgar para o corpo discente informações de relevância por intermédio dos meios de comunicação já consolidados (mural, passagem em sala, mala direta, blogue, facebook), seja a respeito das atividades e posições organizadas pelo CEGE ou não;
e) **LUTAR PELA PERMANÊNCIA ESTUDANTIL:** Manutenção contínua da pauta da permanência estudantil, definindo ações práticas e estratégicas para contribuir com o acesso aos auxílios da USP aos alunos do curso, bem como lutar pela ampliação dos direitos dos estudantes, seja no campo da autonomia de expressão e de convívio dentro da universidade (com atividades culturais) seja também com ações diretas e luta combativa contra a aqueles que buscam privatizar o ensino público;
f) **LUTA PELA DEMOCRATIZAÇÃO E ABERTURA DA USP:** Transformar a composição social do curso de Geografia e da USP, lutando para que sejam efetivadas iniciativas de acesso e permanência (como cotas sociais e raciais, bolsas, moradia estudantil, creche) e tendo como horizonte o acesso livre do povo à universidade. Visamos assim combater racistas e elitistas da USP;
g) **DIÁLOGO COM OUTRAS ENTIDADES INTERESSADAS NAS LUTAS DOS ESTUDANTES:** Estabelecer alianças e relações solidárias e horizontais com os movimentos estudantis de outros cursos, universidades e escolas, e também com outros movimentos de resistência das de abaixo, como o sindical, o camponês e o comunitário;
h) **CONTRA A REPRESSÃO:** Auxiliar no combate a toda e qualquer forma de dominação, discriminação e autoritarismo dentro e, se possível, fora da universidade;
i) **CONTRA O AUTORITARISMO DA USP:** Defender qualquer estudante vitimado por processos disciplinares ou por qualquer outra forma de repressão política

institucionalizada, contra a PM na universidade e contra a privatização do ensino público e buscando sempre garantir a autonomia do Espaço Aquário e o livre uso do vão livre e outros espaços estudantis;

j) **PELA DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO:** Lutar por uma maior participação do corpo discente nas organizações das aulas, seus métodos e seus conteúdos;

Assinam a Tese "Como construir o CEGE?":

Vinícius Rodrigues de Melo
Thainã de Andrade Bezerra
Lara Cárceles Santos
Guilherme Ventorin von Zeidler
Vitor Favero Rago
Victor Longhi Bassetto
Adler Christian Souza Santos
João Daniel Café
Guilherme Leria Sanches

A melhor defesa é o ataque! Unidade contra o aprofundamento do programa golpista no Brasil e na América Latina

O mundo inteiro sofre com uma crise estrutural da sociedade capitalista que vem abalando e modificando suas estruturas, crise esta que cada vez mais se aprofunda e gera novas crises cíclicas como a de 2008, mais intensas e com menor espaço de tempo entre elas, tornando cada vez mais difícil a recuperação econômica. Para buscar romper com estes ciclos de crise e prolongar o período de recuperação econômica os países do centro capitalista como Estados Unidos e União Europeia tem desmantelado cada vez mais a pouca democracia e economia que os países periféricos conseguiram conquistar, a fim de manter e ampliar seu controle político e econômico. Fazem isso pois tornou-se impossível manter suas altas taxas de lucro e para conter sua queda precisam explorar ainda mais o nosso povo.

Para recuperar sua economia os Estados Unidos já não podem mais admitir países sequer desobedientes a sua lógica de superexploração como Rússia e Irã, e após um período de avanço das forças populares no nosso continente, com a vitória de governos avançados como Rafael Correa, Evo Morales, Hugo Chavez, Lula, Cristina Kirchner, Pepe Mujica e diversos outros países que experimentaram governos que ampliaram, mesmo que de forma discreta, os direitos do povo pobre e trabalhador, tem empreendido quando necessário diversos ataques golpistas, como foi o caso de Honduras em 2009, Paraguai em 2012 e Brasil em 2016, e já começam a sinalizar contra a Bolívia. Quando é possível, tem prestado importante ajuda midiática e estratégica para campanhas eleitorais de aliados como no Equador, Colômbia, Argentina e também no Brasil em 2018.

Na Venezuela o golpismo ianque toma faces cada vez mais violentas e radicais. Ao identificar já em 2002 as possibilidades de avanço do socialismo no país, tentou derrubar o então presidente Hugo Chavez, mas teve seu golpe barrado pelo povo. Hoje, tenta uma nova ingerência na democracia venezuelana, que continua a se aprofundar e buscar um desenvolvimento independente do imperialismo, apesar de seus sucessivos ataques. A crise econômica venezuelana é mais um fruto dos artifícios imperialistas, que tem rebaixado o preço do petróleo artificialmente, promovido omissões de bens de consumo dos supermercados, financiado grupos paramilitares e criado sucessivas sabotagens ao sistema de água e energia do país. Enquanto o governo do presidente Maduro permanece resistindo, os EUA ameaçam cada vez mais iniciar uma guerra aberta contra o povo venezuelano, como já tem feito desde 2002 no oriente médio. É fundamental defendermos a paz em nosso continente, e barrar qualquer tentativa de colaboração do governo bolsonaro com os objetivos estadunidenses, temos claro que o futuro de nossos irmãos venezuelanos é também o nosso futuro.

No Brasil, a agressividade imperialista dos EUA e a sua política de reversão colonial, precisou iniciar um processo de mudança da correlação de forças e desmonte da nossa democracia, que apesar de ser anterior culminou em 2016 num golpe que retirou da presidência Dilma Rousseff, não se encerrando por aí. Os governos petistas certamente não tinham nenhuma pretensão revolucionária e sequer anti-imperialista, mas su existência por vezes desobediente e semi-desenvolvimentista não implementaria na velocidade e

profundidade necessárias as contrarreformas necessárias no processo de conter a crise estrutural. É mais que necessário reivindicar o período dos governos do PT, é preciso ter claro, que como Florestan Fernandes apontava, por mais que seja mais difícil mobilizar a oposição e disputar as massas sob um governos de conciliação de classes, é melhor ter estas dificuldades e o fazer sob meia democracia, com melhores condições de vida para o povo, do que sob uma ditadura mais ou menos aberta, onde nosso povo volta a passar fome abertamente. É preciso ter claro que a polarização da conjuntura abre portas, a volta do nosso país ao mapa da fome radicaliza a revolta, mas enquanto travamos esta disputa, e sofremos golpes ainda mais duros, nossos irmãos e irmãs morrem por doenças e condições de vida amenizadas nos governos do PT. Não se pode cair na lógica do "quanto pior melhor" para incendiar as massas.

Michel Temer deu continuidade e aprofundou o projeto golpista ianquee para o Brasil através da contrarreforma trabalhista, privatizações, EC 95, contrarreforma do ensino médio e muitos outros ataques, mas foi sempre uma opção temporária, sendo necessários mais que 2 anos apenas para aplicar completamente a agenda golpista. As eleições presidenciais de 2018 representaram a transição para uma nova etapa do golpismo, constituindo-se um sistema de semi-legalidade com traços nitidamente fascistas no judiciário. Exemplo disso é o uso da presunção de culpa, de delações premiadas como provas, de sensacionalismo midiático, o abuso da Constituição pelo poder de “interpretação” do juiz. Somado a isso, o alto escalão das Forças Armadas passou a sistematicamente constranger os poderes constitucionais com ameaças e insinuações.

Se o espectro do escola sem partido cresceu sob o governo Michel Temer, é no governo Bolsonaro que tem ganhado legitimidade para censurar de fato os professores mesmo sem aprovação legal. Se Temer propôs o fim da obrigatoriedade das disciplinas de humanas no ensino básico, é em 2019 que vemos uma nova proposta de precarização e ataques profundos às ciências humanas na universidade. Se o capital já tencionava para atacar qualquer contorno crítico dos currículos das universidades, a CPI das estaduais em SP é seu aprofundamento. Bolsonaro é a continuidade mais violenta do programa golpista de Temer, com uma face ultra-reacionária, fascista e anti-povo. Com uma política pseudoliberal, busca entregar as riquezas brasileiras para os monopólios e imperialismo norte-americano, assim como autorizar invasão de terras indígenas, quilombolas e da amazônia a para latifúndio. A truculência do governo Bolsonaro é a única saída possível para o imperialismo conseguir aplicar a (já derrotada uma vez) reforma da previdência, e reprimir com força as mobilizações populares.

Enquanto as condições de vida do povo voltam a patamares próximos aos da década de 80/90, insurgências espontâneas e desorganizadas do povo são cada vez mais comuns e o pacote anti-crime de Sérgio Moro que garante licença para matar torna-se mais uma medida necessária para conter a insurreição dos debaixo.

EDUCAÇÃO NO BRASIL

O projeto do governo Bolsonaro para a educação brasileira representa um aprofundamento, daquele criado no governo Temer, se tratando de um projeto privatizante em termos econômicos, autoritário no sentido da sua construção, e obscurantista na sua direção ideológica. Em suma, uma educação que visa atender somente às necessidades da classe dominante e transformar a educação em adestramento anticomunista e ultra-reacionário.

O governo golpista de Temer aplicou em 2016 a lei da contrarreforma do ensino médio; encaminhou a EC 95 e congelou os investimentos em educação por 20 anos; a nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC); a criação do Projeto Residência Pedagógica (PRP); a regulamentação do ensino médio a distância, com 20% para o ensino médio – 30% no caso de estudantes noturnos – e até 80% para a Educação de Jovens e Adultos; entre outras medidas. Sempre acompanhadas do espectro do movimento Escola Sem Partido, que apesar de ter sofrido derrota no STF e na comissão na Câmara dos Deputados, serviu de modelo para projetos de lei aprovados em diversos municípios e segue coagindo e criminalizando muitos professores.

Se nos governos de conciliação de Lula e Dilma tivemos uma política educacional entregue ao capital financeiro, que combinou um forte investimento na educação privada com expansão inferior na educação pública, agora temos no programa do governo uma qualidade e um ritmo muito mais rápido e destrutivo que antes, tomando o desmonte da educação pública e a privatização enquanto bandeiras permanentes. É neste sentido que vemos os cortes de 30% nas Instituições de ensino superior, prontamente respondidos nas ruas.

As universidades brasileiras historicamente tem servido para formação dos quadros da burguesia nativa e internacional, produzido inovações tecnológicas encomendadas pelo mercado e apresentado soluções para as crises capitalistas, mas tem também formado expoentes teóricos e militantes da classe trabalhadora assim como apresentado projetos vinculados diretamente com as necessidades do povo. No entanto, a nova política para o ensino superior do novo governo busca cada vez mais ampliar o primeiro e asfixiar o segundo. Enquanto corta cada vez mais as verbas para precarizar e posteriormente poder privatizar, seja por venda direta das instituições, ou ainda através da captação mista de recursos, como é no caso das "fundações de apoio", busca acelerar e transformar a formação universitária cada vez mais em algo técnico e subserviente ao mercado.

Nos últimos anos, centenas de milhares de contratos do FIES foram fechados e o novo programa mantém os mesmos problemas, com o alto endividamento dos jovens e suas famílias agora postas nas mãos de bancos privados, que lucram cada vez mais com a incapacidade dos jovens de pagar seus estudos. Em contrapartida, para conter a redução de lucros das instituições privadas de ensino devido à cada vez maior sobra de vagas e aumento da evasão, tem-se implementado a educação EAD, onde há um custo fixo para a instituição que varia pouco de acordo com o número de alunos, reduzindo o impacto desta oferta de vagas que não serão preenchidas.

Todos esses ataques à educação pública caminham lado a lado com uma guerra ideológica que busca atribuir um caráter extremamente conservador e obscurantista para a nossa educação, atacando noções científicas e valores humanistas, buscando cercear qualquer consciência crítica que se oponha à ordem. Também é evidente o caráter autoritário deste governo e do regime de exceção instaurado no judiciário, basta relembrar a censura à CA's e DCE's durante as últimas eleições e da já manifestada intenção do governo em agredir a democracia e autonomia universitária findando a tradição de respeitar as eleições para Reitorias das Universidades federais, implantar empecilhos para cessão de bolsas à projetos de pesquisa ligados aos direitos humanos e implementação de CPIs nas universidades, como no caso de São Paulo. Tal como no passado, quando a ditadura civil-militar fechou nossas entidades estudantis com a lei Suplicy, a única maneira de garantir nosso direito à livre expressão e manifestação é nos manifestando.

Retomar o poder das nossas entidades, nos livrar do aparelhismo e construir um movimento estudantil combativo e de todos na USP.

A resistência ao governo Bolsonaro exige protagonismo de nossas entidades. Para isto é necessário que as organizações e coletivos partidários deixem de ter como prioridade a sua autoconstrução! Organizar-se em partidos políticos e seus semelhantes demonstra uma maior maturidade dos estudantes, e uma necessidade importante de articular as lutas imediatas com uma estratégia a longo prazo de superação do capitalismo. No entanto, o que vemos na USP, é um histórico aparelhismo de entidades estudantis e espaços do ME onde as organizações preferem passar a sua linha política (quando na gestão de uma entidade) do que construir de fato o movimento concreto e amplo, ou criar fatos políticos e implodir espaços (quando oposição) para posteriormente surfar na onda do desgaste das direções das entidades, vimos isto na primeira assembleia geral do ano.

A Juventude Comunista Avançando acredita que a construção de uma organização revolucionária está intrinsecamente ligada à construção de um movimento que acumule forças ou que se pretenda revolucionário, e que qualquer autoconstrução pragmática que promova retrocessos na organização geral dos estudantes (como tem sido a regra na USP) é artificial, é deletério e a longo prazo está fadada ao fracasso.

É necessário construir nas entidades e com o todo dos estudantes um programa vinculado ao horizonte daquilo que almejamos para nós, um outro modelo de educação e sociedade, construído pelo povo e para o povo, cuja finalidade não será mais a reprodução da ordem burguesa, mas sua derrocada junto à construção de uma nova sociedade, justa e igualitária. Precisamos portanto aliar nossas lutas táticas, pontuais e imediatas, à uma estratégia por uma educação popular, a qual poderá combinar nossas lutas específicas com nosso objetivo geral: a transformação radical das instituições de ensino, no sentido da transformação radical da sociedade brasileira.

Essa estratégia que defendemos necessariamente deverá englobar as demandas de nosso povo, isso significa que a lutas dos estudantes caminham lado a lado com as demais lutas dos trabalhadores. É preciso reanimar um movimento estudantil combativo e

consequentemente que priorize a luta concreta na base energizada por campanhas nacionais de unidade na luta.

Não há mais espaço para política de gabinete. Toda articulação, mesmo no nível institucional, precisa estar subordinada aos objetivos da luta concreta das massas estudantis na base. O oportunismo se pauta por mover o movimento de acordo com as agendas institucionais e usa de métodos aparelhistas que subordinam entidades gerais e de base às agendas partidária sem o escrutínio da massa.

Somente a luta unitária será capaz de articular e potencializar as mobilizações de agora e futuras. É, no mínimo, irresponsabilidade com a luta do povo e dos estudantes o que as organizações continuem com a mesma prática política que vem desmobilizando e inviabilizando espaços do movimento. Unidade na luta significa, antes de tudo, a construção honesta e coletiva das lutas que nos unificam e o acúmulo de forças das experiência dos estudantes.

Assina esta tese:

Juventude Comunista Avançando

Abrir o Caminho para a Luta

Introdução

O Congresso dos Estudantes da Geografia e o conjunto dos estudantes da USP e das demais universidades estão diante de encruzilhadas históricas. Desde o fim da ditadura militar – quando os estudantes da USP tiveram um papel importante na luta contra a repressão – não enfrentamos uma situação como essa, que colocam tantos desafios políticos.

Temos pela frente a necessidade em unidade com a classe trabalhadora e todos os oprimidos de construir de forma ativa uma ampla mobilização capaz de colocar abaixo não apenas a reforma da previdência, mas toda a movimentação politica que faz o governo Bolsonaro para impor um regime politico que suspenda todos os direitos democráticos.

Por isso, afirmamos que os desafios são de natureza histórica, que requerem da nossa parte, por um lado, um profundo debate político e, por outra, dar uma resposta imediata ao verdadeiro cerco tático que representa a reforma da Previdência. Essa, na atual conjuntura é a batalha das batalhas, a qual temos que reservar um importante debate político em nosso congresso.

No entanto, a ofensiva desse governo de ultradireita com pretensões bonapartistas ocorre em vários sentidos, passa por um ataque fulminante contra as universidades e a educação em geral, contra a juventude negra e periférica, contra os sem-teto, contra os povos indígenas, contra as mulheres, contra os LGBTQ e etc. Por isso, acreditamos que o debate conjuntural e político é essencial para organizar nossa atuação e a do nosso Centro Acadêmico.

Nesses tempos difíceis, que exigem cada vez mais outra estratégia – que se apoie na mobilização constante, organização independente e avanço da consciência classista -, com ataques constantes a todos oprimidos e explorados é preciso superar pela esquerda a orientação política dada ao movimento estudantil pelo lulopetismo.

É decisivo, assim, nessa conjuntura discutir a orientação do movimento estudantil também em âmbito do nosso próprio centro acadêmico, que é falsamente auto-organizado e que quer aparentar dar uma saída à crônica inércia em que os estudantes estão submetidos. Mas para uma mobilização concreta contra o governo de Bolsonaro, em defesa das demandas dos trabalhadores e dos oprimidos e

também das demandas dos estudantes da USP e da Geografia, vamos precisar reconstruir as bases da organização dos estudantes.

Assim, paira sobre nós um grande desafio de cumprir um importante papel histórico na luta contra Bolsonaro e seu governo, o que exige novas formas de se organizar e construir os nossos espaços. Acreditamos que apenas numa radicalizada e mobilizada luta pela base podemos avançar para uma mudança na correlação de forças dos explorados e oprimidos com o governo. Por isso, nós do Socialismo ou Barbárie – tendência PSOL, das Vermelhas e independentes convidamos-lhe para discutir conosco a construção dessa tese, que têm como objetivo contribuir com o debate conjuntural ao Congresso dos Estudantes de Geografia de 2019.

Derrotar Bolsonaro e seu reacionarismo

O governo de Jair Bolsonaro (PSL) é expressão de um novo ciclo da luta de classes após um longo período de transição marcada pela ofensiva burguesa que retira direitos, ataca a soberania popular e que quer impor uma derrota histórica aos trabalhadores e aos oprimidos para estabelecer um nível muito superior de exploração.

Nos últimos 4 anos vivemos uma importante transição política no país, pois a ofensiva reacionária desde 2015 impôs a sucessão de três formas distintas de governos burgueses: governo de colaboração de classes de Dilma Rousseff, governo reacionário de Michel Temer e, agora, governo ultrarreacionário com intenções bonapartistas de Jair Bolsonaro.

Essa transição entre governos burgueses tão díspares, só pôde ocorrer devido à profunda recessão econômica a partir de 2012, à reabsorção da rebelião estudantil de Junho de 2013, ao estelionato eleitoral do lulismo após a eleição de 2014, à ofensiva burguesa reacionária em 2015, ao impeachment de Dilma em 2016 e aos dois anos de contrarreformas do governo Temer. Assim, a eleição do neofascista Bolsonaro só foi possível após uma série de manobras reacionárias que significaram ataques diretos à soberania popular. Trocando em miúdos, tivemos um impeachment de Dilma, em 2016, sem crime de responsabilidade e, em seguida, a prisão de Lula, em 2018, sem provas cabais que criaram o pano de fundo para a eleição desse governo de extrema direita que quer impor um governo bonapartista.

A ofensiva reacionária desde 2015 contou com uma importante resistência da juventude, das mulheres e dos trabalhadores, mas estes não puderam fazer frente à ofensiva reacionária e contê-la devido às traições sistemáticas do lulismo - corpus político que é ampla maioria na direção do movimento de massas - que atuou constantemente para desviar, frear e conter a luta direta das massas. Em que pese

que se estabeleceu um claro giro à direita, uma situação com fortes características reacionárias e um governo ultrarreacionário, esse processo não foi desprovido de resistência das massas e nem fechou a possibilidade de reversão da atual situação política nos próximos embates da luta de classes.

A classe e a juventude não puderam ir até o final no processo de resistência devido a política das direções burocráticas, mas não houve uma derrota direta na luta de classes dos explorados e oprimidos, tendo ainda hoje amplas reservas de mobilização e esse é um fato decisivo para nossa apreciação das contradições que a situação política carrega hoje.

Esse conjunto de fatores permite-nos pensar que não temos uma correlação de forças políticas totalmente definida a partir do resultado eleitoral, que a eleição de outubro do ano passado não significou uma transmissão mecânica da derrota eleitoral para a luta de classes ou que se tenha fechado a possibilidade de resistência e de impor derrotas ao governo diante dos ataques como a reforma da previdência, o desmonte da educação pública, o cerceamento do direito de livre organização, dos diretos das mulheres e os ataques à juventude negra e trabalhadora. Ou seja, em nossa opinião, as provas definitivas da correlação de forças ocorrerão a partir da luta de classes, pois quando se trata dos próprios fundamentos da sociedade, não é a aritmética parlamentar que decide, mas a luta direta entre as massas.

O governo Bolsonaro não fará "uma autópsia da classe trabalhadora e dos oprimidos", ou seja, não fará ataques sem resistência das massas, pois a classe trabalhadora, as mulheres e a juventude não são um corpo inerte incapaz de reagir diante dos ataques que vêm pela frente. Nesse sentido, derrotar a contrarreforma da Previdência é romper um cerco tático decisivo para derrotar esse governo como um todo, por isso não podemos tergiversar, é preciso mover o conjunto do movimento estudantil, do DCE e do nosso centro acadêmico para essa tarefa política que é central hoje.

Superar bloqueio burocrático para derrotar a "reforma" da Previdência

As manifestações do 15 de Maio (15M), em que pese que em algumas cidades foram gigantescas, atos e manifestações fervilharam por todo país, ocorreram em cerca de 226 cidades, estiveram presentes em 26 estados e em todas as capitais. A Greve Nacional da Educação, inicialmente convocado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), parecia que iria ser mais uma manifestação mediana, sem grande impacto político sobre a realidade. No entanto,

os ataques reacionários contra as universidades do Ministro da Educação, Abraham Weintraub, dizendo que se dedicam à “balburdia”, o corte linear de cerca de 30% de todas as verbas federais para a educação com impacto no ensino, pesquisa e extensão nas universidades e no ensino básico e, por fim, as provocações de Bolsonaro, dizendo que os manifestantes eram “inocentes úteis” no dia da manifestação, acabaram sendo um poderoso combustível.

O forte componente massivo e juvenil do 15M pode estar indicando o surgimento de uma nova rebelião juvenil ao estilo de 2013. Isso porque, apesar da vitória político-eleitoral de um governo de extrema-direita com pretensões bonapartistas e derrotas parciais que temos sofrido nos últimos anos, não existe uma derrota estrutural do movimento, uma derrota categórica direta na luta de classes que permita que o governo faça ataques sem que uma forte resistência seja oferecida.

Essa manifestação fez soar todos os sinais de alerta no interior do governo e da classe dominante. Pois, se confirmada for, a ascensão do movimento de massas poderá colocar em xeque a tramitação de uma contrarreforma da Previdência que já conta com a rejeição da maioria das pessoas. Temos muito a comemorar com as manifestações do dia 15, mas ainda é cedo para tirar conclusões conjunturais definitivas.

O PT e a CUT, como maior partido da oposição e maior central sindical, respectivamente, ambos dirigidos pelo lulismo, dizem que são contra a reforma, mas atrasaram enormemente a convocação da Greve Geral e setores dessa corrente articulam a olhos vistos uma reforma para garantir aos estados e municípios que governam uma redução de gastos com a Previdência - esfolando ainda mais os trabalhadores – mas que retire alguns pontos da proposta feita pelo governo. Ou seja, a posição oficial para fora é ser contra a Reforma (de Bolsonaro), no entanto, já se movimentam pela aprovação da PEC 6/2019 com emendas.

Exemplo disso, é o papel que esta cumprindo o governador do Piauí, Wellington Dias (PT). Este declarou em uma matéria da BBC Brasil: "Na alegria ou na dor, vamos ter que adotar medidas (para equilibrar a Previdência). Nós já temos hoje algo como doze Estados em situação de desequilíbrio”. Reproduz assim, em sua declaração, o argumento de que existe desequilíbrio na Previdência em diferentes níveis, mas esconde que na realidade o que está por trás são os interesses do capital financeiro em abocanhar uma fatia ainda maior de dinheiro público.

A burocracia da/o CUT/PT deixa claro porque no calendário de lutas organizado pelas centrais sindicais a Greve Geral foi colocada para o distante 14 de junho, data

escolhida a dedo, numa sexta-feira, para que restrinja o movimento em um único dia.
Sempre afirmamos que a lentidão em que as centrais organizam a luta apenas favorece a recomposição do governo para articular sua base, convencer os trabalhadores de que não há alternativa e comprar os votos necessários para aprovar a “reforma”.

Pesquisas indicam que 51% das pessoas são contrárias a “reforma”, o que junto com a queda recorde de popularidade de Bolsonaro, demonstra que a opinião dos trabalhadores está em processo de deslocamento à esquerda, mas a batalha ideológica ainda não está ganha. Apenas com a “opinião pública” favorável não conseguiremos derrotar Bolsonaro e sua “reforma”, são necessárias ações políticas contundentes. Precisamos realizar um processo de mobilização massivo e ativo, ou seja, que contem com a participação nas ruas, nos piquetes de greve, nos bloqueios das avenidas e nos atos políticos dos trabalhadores e dos oprimidos.

Apesar de todas as manobras e traições da burocracia, realizamos um 1º de maio massivo e unitário em São Paulo e um histórico 15 de Maio, o que indica que existe muita disposição para a luta. Nesse sentido, a unidade entre todos os setores e uma mobilizada construção nas bases são medidas decisivas. A juventude estudantil e a classe trabalhadora não podem deixar que essa tarefa fique apenas na mão da burocracia, pois se isso ocorrer não iremos realizar uma Greve Geral que tenha participação ativa dos trabalhadores, das mulheres, da juventude e dos oprimidos. Por isso é preciso que todos os movimentos, sindicatos, Diretórios Acadêmicos de Esquerda e organizações políticas joguem-se com tudo na organização de Comitês Unitários que têm o desafio de organizar de forma massiva a mobilização na Greve Geral.

Tendo em vista a insistente ofensiva do governo Bolsonaro contra os estudantes, a juventude, as mulheres e os trabalhadores, o Congresso da Geografia tem a importante tarefa de construir uma alternativa para a organização e mobilização dos estudantes e do nosso Centro Acadêmico, revivificando o debate e a ação política em nossos espaços, pois só assim a Geografia, em unidade com os demais setores, poderá somar nessa batalha histórica que é impor uma derrota categórica a Bolsonaro e seus ataques.

Basta de Bolsonaro!
Derrotar a “reforma” da Previdência!
Não ao corte de verbas, ao desmonte das universidades e da educação pública!
Construir em 14 de Junho uma Greve Geral ativa e organizada pela base!

Conquistando Corações e Mentes: tese de conjuntura dos estudantes petistas da Geografia

Tese de Conjuntura para o III Congresso de Estudantes de Geografia USP 2019

O momento que vivemos é resultado do desencadeamento de uma série de atropelamentos ao Estado democrático de Direito no Brasil nos últimos anos. Desde a articulação do golpe de 2016, que retirou injustamente a ex-presidenta Dilma Rousseff do seu cargo, vemos as forças da grande mídia, do Poder Judiciário e do capital internacional se unindo para derrotar o campo popular na política brasileira, representado nas últimas décadas pelos governos do PT (Lula, 2003 - 2010; Dilma 2011 - 2016). Dessa forma, as forças reacionárias buscam implementar um projeto político antipovo, revogando medidas que se mostraram emancipadoras para a população, além dos direitos conquistados pelos trabalhadores e pelos mais pobres a duras penas.

Neste sentido, e para a efetivação de seu projeto conservador e neoliberal, a direita brasileira precisava encontrar meios de chegar ao poder no Brasil. O povo brasileiro, no entanto - como ficou claro com os resultados eleitorais de 2002, 2006, 2010 e 2014 - rejeitou este programa entreguista e de desmonte do Estado, e por isso a chegada da direita no poder se deu de maneira conturbada, por vias antidemocráticas e inconstitucionais. Entendemos o golpe de 2016 como um processo que pode ser explicado em três etapas determinantes para a consolidação da ascensão da direita ao poder no Brasil:

- a **retirada da presidenta Dilma** de seu cargo, disfarçada de um processo de impeachment sem crime de responsabilidade;
- a **prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva**, impedindo sua candidatura presidencial às eleições de 2018 e impossibilitando o povo de escolher livremente seu líder (sendo que caso Lula se mantivesse na disputa, provavelmente seria eleito, já que se encontrava em primeiro lugar nas pesquisas de intenção de voto);

- a **eleição** do candidato escolhido pela direita, Jair Bolsonaro, através de uma campanha altamente estruturada, com a disseminação das *fake news*, prática ilegal.

É importante compreender todo este processo no contexto internacional, no qual há o fortalecimento das forças da direita através de métodos inovadores conhecidos hoje como as “guerras híbridas”. Isso significa a utilização dos meios de comunicação para influenciar as massas em prol dos interesses de forças estrangeiras, impulsionando-as para a desestabilização de governos nacionais. Aqui no Brasil isso se refletiu na grande adesão aos atos pró-impeachment, e, mais recentemente, no apoio à candidatura de Bolsonaro, através da manipulação midiática, das redes sociais, e do estímulo à organização de grupos de juventude como o MBL (Movimento Brasil Livre). O fenômeno das guerras híbridas se articula internacionalmente com movimentações como o *The Movement*, articulado por Steve Bannon, que já comprovadamente influenciou as eleições dos Estados Unidos, favorecendo a vitória de Donald Trump, e também no Brasil a de Bolsonaro, se utilizando do mesmo método de disseminação de *fake news*.

As guerras híbridas também se apresentaram no Brasil através da partidarização do Poder Judiciário, com da Operação Lava-Jato, comandada pelo ex-juiz Sérgio Moro. Conduzida de maneira completamente parcial, a Lava-Jato foi responsável pela perseguição e silenciamento de figuras políticas da esquerda brasileira, sendo o seu objetivo final a prisão do maior líder popular do país, Lula. Como já foi pontuado anteriormente, o ciclo do golpe não fecharia com Lula em liberdade. Fato que comprova a parcialidade da Operação Lava-Jato é a nomeação de Moro para o cargo de Ministro da Justiça no governo Bolsonaro. O ministério parece ter sido objeto de barganha após seu sucesso no impedimento da candidatura de Lula.

A chegada de Bolsonaro ao Palácio do Planalto em Janeiro deste ano representou a consolidação de todos os esforços empregados pela direita, já apresentados acima. O ano de 2019 vem apresentando até então duros ataques às forças progressistas. Em pouco mais de 5 meses, o governo Bolsonaro põe em

prática sua agenda conservadora e neoliberal através de uma série de projetos que representam o retrocesso e implementam cortes nos direitos dos trabalhadores.

Nos primeiros meses do ano, houve a continuidade das negociações para a Reforma da Previdência, se apresentando no governo Bolsonaro de maneira ainda mais prejudicial aos trabalhadores do que a proposta apresentada anteriormente pelo governo golpista de Michel Temer. Atualmente, a proposta de reforma que está tramitando no Congresso Nacional é desastrosa, representando o fim da Previdência Social conquistada na Constituição de 1988. Esta cumpre a importante função de distribuição de renda na sociedade brasileira, aquecendo a economia por assegurar mais estabilidade e poder de compra entre os aposentados e pensionistas. No entanto, a Previdência como a conhecemos hoje está em risco, com a apresentação da proposta de um sistema de capitalização - no qual cada trabalhador é responsável por sua poupança individual - no lugar do regime de repartição hoje vigente. Dentre outras alterações escandalosas, a reforma também aumenta o tempo de contribuição mínimo, fazendo com que a aposentadoria se torne um objetivo quase inalcançável para a maior parte da população. Entendemos que a realização desta reforma é um ataque brutal ao povo trabalhador brasileiro, e por isso, acreditamos que em um grave momento de crise, em que o desemprego atinge níveis assustadores, não há espaço para negociar fundos públicos destinados a direitos sociais básicos, como o direito à previdência.

Na esfera da Educação, que consideramos central para o debate de conjuntura num congresso estudantil, observamos, dia após dia, um desmantelamento pelos ataques constantes que este governo nos impõe. Ao contrário dos rumos tomados na Educação pelo governo atual, os governos petistas promoveram profundas melhorias e investimentos em todas as etapas do ensino no Brasil, o que pode ser observado pelo avanço na pasta educacional naquele período, com destaque para a gestão do ex- Ministro da Educação, o professor Fernando Haddad.

O legado deixado por Lula e Dilma revolucionou a maneira como o povo brasileiro enxerga o acesso à educação superior, já que, entre os anos de 2003 e 2014 a quantidade de estudantes universitários duplicou no país. Pela primeira vez na nossa história, estudantes pobres tiveram acesso às universidades, oportunidade

que transformou suas vidas. Isso ocorreu devido ao salto, entre 2006 e 2013, de 4,9% a 6,2% do PIB do país destinados à educação; ocorreu devido ao investimento na criação de 18 universidades federais e centenas de unidades de Institutos Federais pelo país; ocorreu devido à implementação do ProUni, que concedeu bolsas de estudo para 1,5 milhão de estudantes de baixa renda; ocorreu devido aos investimentos pesados em bolsas de pós-graduação, como a Capes.

Infelizmente, o que vemos hoje é o retorno de uma velha lógica das elites, que acaba com a democratização do ensino superior. Estamos vivendo um momento em que as mais graves medidas já direcionadas à educação no nosso país começam a ser implementadas, sendo algumas delas:

- Os **cortes orçamentários** nas universidades federais, que bloqueiam 30% de suas verbas discricionárias para o restante do ano. Muitas instituições já anunciaram que devem interromper suas atividades a partir do segundo semestre, devido à falta de recursos. Para estas instituições, que já são sucateadas, um corte como esse impede uma mínima manutenção estrutural da universidade. Inicialmente, os cortes tinham sido justificados pelo ministro da Educação Abraham Weintraub pelo suposto “baixo desempenho” de certas universidades, que promoviam “balbúrdia” em seus campi. É evidente o caráter ideológico dessas declarações, que mostram o empenho que o governo federal está empregando para rechaçar o livre debate e a construção política dentro destas instituições;
- Neste mesmo sentido, o presidente também fez declarações de que o MEC estuda **descentralizar os investimentos nas áreas das humanidades**, como a sociologia e a filosofia. Isso se caracteriza como mais um ataque à qualidade emancipadora da educação, na medida em que o governo busca um investimento maior em cursos mais técnicos, o que supostamente geraria maior retorno econômico às pessoas. Evidentemente, isso é mais uma justificativa rasa às declarações do presidente, porque não há retorno financeiro sem desenvolvimento econômico e geração de empregos.
- O mais recente ataque à educação, e possivelmente um dos mais graves, foi o **corte nas bolsas de pós-graduação** de todo o Brasil. O governo Bolsonaro mais uma vez age contra o desenvolvimento nacional, contra a

ciência e as pesquisas desenvolvidas em nossas universidades. Fica cada vez mais claro qual o seu projeto para a educação: retroceder todos os avanços que tivemos na última década, destruir as universidades e inviabilizar a construção do pensamento crítico.

A situação crítica da educação apresenta mais agravantes na conjuntura do Estado de São Paulo. Nas últimas semanas foi instaurada na ALESP a **CPI das Universidades Paulistas**, que busca, oficialmente, discutir a gestão orçamentária das universidades do estado. No entanto, fica claro, a cada declaração dos deputados idealizadores desta comissão, que o objetivo verdadeiro desta CPI não é buscar por irregularidades nos orçamentos destas universidades, mas sim, fomentar uma real perseguição ideológica, além de traçar um projeto de privatização das nossas universidades públicas. Tanto Wellington Moura (PRB, eleito presidente da comissão), quanto Daniel José (Novo) fizeram declarações em defesa da cobrança de mensalidades e em defesa de uma mudança na forma de organização destas universidades, o que não teria relação com os objetivos iniciais desta CPI. Além disso, Moura já havia previamente se colocado contrário a um suposto “aparelhamento” ideológico da esquerda nas universidades públicas paulistas, em mais um ataque claro ao livre debate proporcionado nestas instituições. Nitidamente, esta é uma CPI que busca desqualificar a universidade pública e deslegitimar o seu funcionalismo. Ela representa uma ameaça à autonomia universitária, e se soma a outras inúmeras iniciativas que visam o desmonte da universidade pública.

Neste sentido, os governos do executivo federal e estadual impõem medidas extremamente prejudiciais à educação, disputando a opinião pública com o reforço de um discurso deturpado de que as universidades públicas são locais de “baderna” e, por isso, representam um gasto à sociedade. É dever dos estudantes mostrar à população que a universidade pública e de qualidade não representa um gasto e sim, um investimento! As universidades públicas do Brasil são responsáveis por 90% das pesquisas produzidas nacionalmente, ou seja, são responsáveis pelo nosso desenvolvimento nacional. Por isso, a universidade é, também, um instrumento imprescindível na construção da soberania do nosso país. A nossa

campanha em defesa da educação e, particularmente, em defesa das instituições públicas superiores de ensino, deve estar baseada na denúncia de que os ataques à educação são, consequentemente, ataques ao desenvolvimento do Brasil.

Nesse cenário, a juventude do Brasil se mostra muito mobilizada e disposta a lutar pela educação, denunciar as medidas absurdas tomadas pelos governos e disputar a opinião pública, levando este debate à toda a população. Na última quarta-feira, 15 de maio, mais de 1,5 milhão de pessoas saíram às ruas em protestos nos 26 Estados do país e no Distrito Federal, em mais de 200 cidades, demonstrando a centralidade que esta pauta tem. Apenas na Universidade de São Paulo, mais de 2 mil estudantes, funcionários e professores se organizaram em um grande ato histórico, que tomou a Avenida Rebouças rumo à Avenida Paulista. Os próximos passos desta luta já estão sendo articulados e sairemos às ruas mais uma vez no dia 30 de maio em defesa da educação.

Diante dessa conjuntura de ataques profundos ao projeto de país que defendemos e às conquistas sociais do último período, acreditamos que a juventude e o movimento estudantil tem a tarefa histórica de não só lutar pela educação como também tem o dever de desmascarar o projeto político deste governo que necessariamente levará nosso povo à miséria, perda de direitos e ataques a nossa soberania e desenvolvimento. Por isso, o fortalecimento do movimento estudantil e das entidades é de extrema importância. Acreditamos que o Congresso dos estudantes da Geografia veio em boa hora e exatamente neste sentido. Dessa forma, acreditamos que para organizar a resistência devemos seguir os seguintes pontos:

- a revogação dos cortes orçamentários nas universidades públicas e nas bolsas de pós-graduação;
- o combate à CPI das Universidades Paulistas;
- o combate à Reforma da Previdência;
- demissão do Ministro da Educação, Abraham Weintraub;
- Lula Livre.

Assinam esta tese:

Balaio - Núcleo de estudantes petistas da USP

Arthur Mello - 1° ano

Bruna Fligeri - 1° ano

Denise Santos dos Reis - 1° ano

Flora Amador Junqueira - 1° Ano

Helena Ramos Serizawa Besson - 1º ano

Igor Renan de Camargo Vieira Gomes - 1° ano

Isabella Sgrott - 2° ano

Isabella Zarattini Brandão - 2° ano

Leandro de Santana Silva - 1° ano

Leonardo Maggi de Oliveira - 1° ano

Michel Borges Marques - 1° ano

Monique Calderaro da Rocha Santos - 2° ano

Raiane Gabriela Forti - 2° ano

Raul de Sousa Biazin - 1° ano

Talita Ventura da Silva - 2° ano

Vitor dos Santos Costa - 1° ano

Yone Maximiano da Silva - 1° ano

Tese de Conjuntura ao Congresso da Geografia - 2019

Já se passaram mais de 4 meses dos novos governos no Brasil. O estado de São Paulo está sob o comando de João Dória, o midiático ex-prefeito, que aparece com uma política de poucas formulações sobre medidas necessárias para atender as reais demandas da população, e muita energia investida em desmontar as políticas e serviços públicos do Estado. Dória, e os setores que representam o que há de pior na política paulista, impulsionam agora a CPI das Universidades, que disfarçada de contestação das gestões administrativas das Universidades Estaduais, é uma verdadeira caça às bruxas ideológica, tentando influenciar na escolha de reitores e, de maneira autoritária, questionar e estigmatizar o movimento estudantil e a própria Universidade pública, para justificar as medidas de cortes e precarização das instituições de ensino superior paulistas.

Num cenário de quase doze anos de crise mundial do capitalismo, nacionalmente, o governo de Jair Bolsonaro se apresenta com a máxima de "liberal na economia e conservador nos costumes", com um projeto de país que une o obscurantismo autoritário de Olavo de Carvalho, com o neoliberalismo entreguista de Paulo Guedes, além de uma judicialização da política encabeçada pelo ministro da Justiça Sérgio Moro. Esse projeto pauta-se em liquidar as liberdades democráticas e aumentar o caráter repressivo do governo para impor um plano econômico de ajuste à serviço dos bancos, dos grandes empresários e do capital estrangeiro, um plano essencialmente antipopular. Esse projeto mostra sua face absurda num contexto em que as taxas oficiais de desemprego no Brasil chegam, hoje, a quase 13 milhões de brasileiros, cenário que piora mais ainda para os jovens: a maior parte não tem carteira assinada e depende da informalidade e do trabalho precário. Para piorar, o governo apresenta como solução econômica para o país uma Reforma da Previdência pautada pela agenda dos banqueiros, que coloca em cheque a aposentadoria de milhões de brasileiros, em especial a geração que hoje está na universidade e desempregada. A capitalização da Previdência pode colocar o país no rumo nefasto de outros que fizeram essa opção, como o Chile, que hoje tem a população de idosos sem condições mínimas de sobrevivência e com a maior taxa de sofrimento mental do nosso continente. Na face autoritária do governo, não só aumenta a repressão aos movimentos sociais, descritos como terroristas, mas também uma ainda maior institucionalização do genocídio e do encarceramento em massa da juventude pobre e periférica. Se essa já era ameaçada cotidianamente em nosso país, hoje corre o risco da aprovação de propostas como a de isentar de pena os policiais que matarem após sentirem "escusável medo, surpresa ou violenta emoção".

A avaliação popular do presidente segue piorando. A rejeição ao governo cresce em todos os segmentos sociais, sendo ainda mais expressiva entre os mais pobres das grandes cidades. Entre a classe dominante, as brigas públicas entre os setores econômicos, militares e obscurantistas do governo, mostram uma grave crise interna, que é superada quando necessária, nos momentos de ataques aos direitos dos trabalhadores e da juventude. Bolsonaro não conseguiu forjar uma base sólida de sustentação do governo nem popular, nem institucional. Eleito com forte apelo popular e representando uma suposta aversão à "velha política", buscou apoio em partidos que representam a essência da mesma, como o PSDB, o MDB e o DEM de Rodrigo Maia, expondo suas contradições.

Mas as dificuldades colocadas para os governos ainda não nos coloca uma vitória política e social concreta. É necessário, mais do que nunca, unirmos todos setores progressistas do país em uma batalha constante contra o projeto de retrocessos apresentado pelos que hoje estão no poder. É preciso unidade e radicalidade para disputar a população para um novo projeto de país, pautado na nossa soberania, nas liberdades democráticas, no desenvolvimento do nosso país e na defesa intransigente dos nossos direitos. Um projeto da negritude, das mulheres, das LGBTs, do povo trabalhador que constrói nosso país. É preciso compreender que o movimento deve ser de construção de um projeto de país concreto, de baixo pra cima, que seja forjado na luta cotidiana da maioria da população.

Em Defesa da Educação e das Ciências

O Ministério da Educação, no governo Bolsonaro, sob a tutela de seu mentor e astrólogo Olavo de Carvalho, desde o início do mandato vem atacando a educação brasileira. É na educação que o bolsonarismo concentra todos os seus esforços para disputar ideologicamente a sociedade para o seu projeto nefasto de país.

Ricardo Vélez, que comandou a pasta durante os primeiros meses, não apresentou nada de concreto para o setor, a não ser declarações absurdas e tentativas de agitação ideológica do governo nas escolas do país. Seu saldo como ministro foi ter atrapalhado o andamento do FIES e colocado em risco o ensino de milhares de estudantes de universidades privadas do país.

Em contrapartida, Abraham Weintraub, o novo ministro, já se apresenta como uma junção do pior dos dois mundos bolsonaristas: o obscurantismo autoritário e o neoliberalismo entreguista. Em poucas semanas no comando do MEC, Weintraub atacou as

Ciências Humanas e a Filosofia, sob a prerrogativa de se tratarem de uma “despesa” do estado que não produz retorno imediato, cortou 30% das verbas das instituições federais, justificado por uma suposta “balbúrdia” nas universidades, um ataque à livre manifestação política e à autonomia universitária, e combatendo toda a validade do trabalho realizado nas universidades brasileiras. Também bloqueou as bolsas de pesquisa da CAPES, colocando em risco o futuro da ciência no Brasil, comprometendo a possibilidade de desenvolvermos tecnologia para responder às demandas populares e, portanto, de conseguirmos construir um projeto de soberania nacional. Sabe-se na verdade que se trata de uma tentativa autoritária de eliminar o pensamento crítico e a ainda insuficiente, mas importante, produção de ciência e tecnologia brasileira, além de favorecer os conglomerados de ensino privado que se instalaram no MEC.

Estadualmente, a união de um governador conhecidamente privatista, com anseios de desmantelar a rede pública estadual de ensino superior, com uma Assembleia Legislativa amplamente conservadora, tem se demonstrado mais uma ameaça para os estudantes da USP. Não só vemos propostas de cunho conservador, como a da deputada Janaina Paschoal (PSL) de proibir as festas nas universidades, como também somos ameaçados pela instalação de uma CPI na ALESP, que tem como objetivo atacar a autonomia universitária e justificar a precarização e os cortes nas universidades estaduais paulistas.

Todo o movimento estudantil do Brasil, nas universidades federais, estaduais e privadas, tem hoje uma responsabilidade gigante: defender a educação, contra os cortes e o autoritarismo que quer cercear nossa liberdade de pensamento e ensino, além da ameaça tecnicista de destruição da pesquisa brasileira, deixando essa ainda mais sob a tutela dos interesses das grandes empresas.

É na luta que a USP se encontra

A situação da Universidade de São Paulo não seria diferente das demais. Com ataques à sua autonomia e financiamento, pelo poder legislativo do Estado, e à produção científica, pelo bloqueio das bolsas da CAPES, a maior Universidade da América Latina, e a maior produtora de pesquisas científicas do país, hoje sofre sério risco de ver sua atuação ainda mais precarizada. São constantes os ataques à permanência estudantil e à infraestrutura, inclusive de pesquisa. Fica claro o objetivo de não só desmontar a Universidade pública em favor dos conglomerados da educação privada, mas também de

elitizar mais uma vez o direito ao conhecimento e ao pensamento crítico. Por isso, é necessário defendermos intransigentemente as cotas raciais na universidade.

A diminuição de verbas, por meio da redução do repasse do ICMS para as universidades, afeta diretamente o curso de Geografia, que tem um dos perfis sociais mais populares da universidades. Vemos o impacto direto dessa política tanto com os cortes na permanência estudantil, quanto com os cortes nas verbas dos estudos de campo, ferramenta fundamental para o desenvolvimento do tripé universitário no curso: ensino, extensão e pesquisa. Assim, ocorre que muitos dos jovens trabalhadores que entram na Geografia acabam não conseguindo concluir o curso: não encontram vagas no CRUSP, se deparam com a triste escolha entre gastar dinheiro ou com materiais para as disciplinas ou com transporte público, além de terem a formação acadêmica prejudicada pela redução de trabalhos de campo.

Dessa forma, se a própria permanência dos estudantes de origem popular já se mostra difícil, o que podemos dizer da realização de pesquisas voltadas aos interesses do povo? E das extensões do curso, como continuar a estabelecer um canal de diálogo entre universidade e população sem, muitas vezes, ter o devido suporte? Esses problemas fazem com que seja cada vez mais urgente nos organizarmos para entender como agir, e para a partir daí construirmos um projeto alternativo, e nosso, de universidade, de estado e de país!

Organização para a Luta!

João Dória e Jair Bolsonaro são legítimos representantes de um projeto que quer destruir o Brasil: a política de vendas de direitos, submissão à economia e política imperialista, leiloando as riquezas e a soberania nacional, ampliando projetos que não visam em nada o bem estar da população.

Na organização da luta dos de baixo, contra da elite, acreditamos ser fundamental uma ampla unidade de todos aqueles que se disponham a se opor aos retrocessos e a destruição de direitos fundamentais. Neste momento crítico, é de muita importância o alinhamento dos segmentos progressistas que defenda o pensamento crítico, as liberdades democráticas, a soberania popular e os direitos do povo trabalhador. Precisamos construir, na luta, um novo projeto de país que responda verdadeiramente aos anseios da maioria da população.

Dia 30 vamos parar o Brasil em defesa da educação! Rumo à Greve Geral de 14 de Junho contra a Reforma da Previdência!

Assinam esta tese:

Movimento Juntos!

União da Juventude Comunista

Ação Subversiva

Aline Titon Sales - 1° ano

Allan Kenzo Hashimoto Terada - 1° ano

André Anuatti Reis - 2° ano

Beatriz Gallardo Calderón - 3° ano

Bruno Carvalho Michaelovitch de Mahiques - Licenciatura

Camila Luz Soares - 4° ano

Danylo Amilcar Quirino Salvador - 2° ano

Felipe Simoni Farias - 2° ano

Filipe José Nogueira de Lima - 5° ano

Gabriel Renan Maria - 2° ano

Gabriela Soldera Ferro - 5° ano

Guilherme de Souza Machado - 1° ano

Karen Cecilio Takahara Marcelino - 3° ano

Lucas Andrade Alves de Lima - 1° ano

Luís Alexandre Metzler Guedes - 2o ano

Mariane Carvalho - 5o ano

Ricardo Freitas de Almeida - 5° ano

Thais Rodrigues Bueno da Silva - 5° ano

Tomás Carrera Massabki - 5o ano

Bolsonaro tende a produzir o contrário do que pretende

Diferentemente do que fala a maior parte da “esquerda” brasileira, o governo de Bolsonaro não é fascista nem mais autoritário do que os anteriores. Trata-se apenas de mais um governo burguês do atual (e falido) regime democrático, talvez o mais frágil deles. Portanto, mais do que um avanço da burguesia, Bolsonaro representa sua paralisia, sua falta de caminho, sua confusão e sua fraqueza frente ao proletariado.

O fenômeno Bolsonaro não pode e nem deve ser explicado em si mesmo, mas a partir de outro fenômeno, muito mais importante: a queda do PT. O que gerou a queda de um partido tão grande como o PT — eixo de sustentação da burguesia brasileira por tantos anos — foi justamente o grau de exploração tão grande que ele impôs à classe trabalhadora brasileira. Para se compreender isso, temos de fazer um pequeno interlúdio teórico.

Uma determinada economia nacional — como também, em última instância, a economia do globo todo — é regulada por algumas leis muito bem definidas, que desenham o chamado “ciclo econômico”. A lei mais geral e abstrata que dá o desenho desse ciclo é a chamada “lei da queda tendencial da taxa de lucro”, que impõe aos capitais individuais, pela própria necessidade da concorrência, o avanço tecnológico e o aumento da taxa de acumulação. Ainda que essa lei se expresse numa diminuição relativa do montante de força de trabalho (em relação ao capital total de uma empresa), ela implica, ao mesmo tempo, uma ampliação dessa mesma força de trabalho em números absolutos. Tal crescimento em termos absolutos da força de trabalho empregada, reduz temporariamente o desemprego e impõe — via oferta e demanda — uma ampliação dos salários. A tal grau que mina a própria taxa de acumulação. Assim, a lei da queda da taxa de lucro, por um lado, dá o desenho geral ascendente (acumulação) do ciclo econômico. Por outro lado, a diminuição do desemprego e o aumento dos salários dão o ponto em que essa acumulação paralisa, antecedendo o estouro da crise. Acumulação, paralisia, crise, nova acumulação etc. —> eis o ciclo, como apresentado por Marx. [a]

Em geral, a classe trabalhadora sai às ruas antes de a burguesia transferir sua crise de acumulação às suas costas. Ou seja, no ponto mais alto do ciclo, sempre que a acumulação paralisa, quando se anuncia o estouro da crise (demissões e rebaixamento salarial). Após isso, quando reina já o desemprego, a desmoralização e o melindre nas massas, as condições de luta são muito mais difíceis. Esse elemento é muito importante pois evidencia o caráter possivelmente revolucionário contido numa luta meramente conservadora (ou seja, pela conservação ou manutenção das condições de vida antes de um estouro de crise).

O controle que o PT impôs ao proletariado brasileiro — com seus poderosos sindicatos, fortalecidos ainda mais pela vinculação direta com o Estado — expressou-se numa ampliação jamais vista da taxa de acumulação da burguesia. Tal acumulação, na realidade, só pode ser comparada à do período chamado, na história recente brasileira, de “milagre econômico” (entre 1969-1973, época de maior repressão do regime militar brasileiro). Já no caso do PT, como falamos, isso se deveu à maior submissão dos principais sindicatos ao Estado burguês.

Quanto à acumulação, deve-se analisar a “produtividade” do trabalhador brasileiro. “Produtividade” é apenas outro nome para aumento do grau de exploração (taxa de maisvalia), ou, o que dá no mesmo, concentração cada vez maior em capital constante, de um lado, e cada vez menor em capital variável, de outro. Como não é possível medir a exploração propriamente em valor, mas somente em sua forma fetichizada (preço), temos de trabalhar com dados da própria burguesia, a respeito da relação entre PIB e população (PIB per cápita). Os dados do próprio FMI são reveladores a respeito do aumento do grau de exploração sob os anos do PT. Tal acumulação atinge seu ápice em 2011 e, em seguida, patina, entre 2012 e 2013, mantendo-se em “ponto-morto”, com capitais rotando em torno do mesmo valor, antes do estouro da crise (2014 – 2015).

Essa incrível acumulação, como falamos, só foi possível graças ao controle social único que o PT impôs ao proletariado, sobretudo fabril. Nenhum outro partido burguês foi capaz de fazer esse tipo de controle sobre a estrutura fundamental da política (e eis por que o PT foi o mais importante partido burguês do regime atual). No período, como sabemos (e como estamparam todos os jornais), Dilma e o PT comemoraram ingenuamente um “Pleno Emprego” no Brasil. A alegria durou pouco. O nível elevado de contratação, resultou numa ampliação dos salários, o que paralisou de vez a taxa de acumulação e fez estourar a crise.

Frente à maior taxa de acumulação de capital e maior grau de exploração dos operários na história brasileira recente, a resposta do proletariado não poderia ser pequena – revelou-se nas maiores passeatas na história (junho de 2013), com milhões de pessoas nas ruas, cercamento de palácios de governo, dissidências nas polícias etc. Sem partido revolucionário — e com a maioria da esquerda sendo rechaçada das ruas, por se assemelhar ao PT —, tais manifestações não ultrapassaram seu caráter espontâneo e não foram a lugar algum. A burguesia, passada a onda das manifestações, ou seja, a partir de meados de 2014, começou a transferir sua crise para as costas do proletariado, com demissões em massa e redução salarial – a maior crise econômica na história brasileira desde 1929.

Todavia, a fratura social criada em junho de 2013, que condenou o PT historicamente, não foi recosturada. Segundo o DataFolha o índice dos que avaliavam o governo Dilma como Bom ou Ótimo era de 65% em 2012, passando para 30% após Junho de 2013 e para 23% em 2014. Dos que avaliavam o governo como Ruim ou Péssimo passou de 7% em 2012 para 25% após Junho de 2013 e para 44% em 2014. Dilma, Lula e o PT passaram a ser (corretamente) associados, pela maioria do proletariado urbano brasileiro, à pior crise econômica da história.

Para retomar a taxa de acumulação da economia brasileira, além dos próprios mecanismos “naturais” da economia capitalista (demissões, fortalecimento do exército de reserva para pressionar os ativos), era necessário consolidar ou legitimar politicamente um grau novo, superior, de exploração da força de trabalho brasileira. Para esse propósito, Dilma e o PT planejaram duas reformas fundamentais: a trabalhista e a previdenciária. A primeira visava a reduzir significativamente direitos trabalhistas, permitindo a ampliação de horas de trabalho, a terceirização, formas de trabalho precárias etc. A segunda visava a pressionar o

trabalhador para ficar mais tempo na dependência do mercado de trabalho (ampliando a concorrência entre trabalhadores), para resultar em queda salarial.

Para aplicar tais medidas, Dilma sondou primeiro Paulo Guedes (atual Ministro da Economia de Bolsonaro), depois, a pedido de Lula, Henrique Meirelles (Ministro da Economia de Temer), mas terminou por convidar o chicago-boy Joaquim Levy (amigo de Guedes, e que hoje ocupa cargo de destaque no governo Bolsonaro, presidindo o BNDES). Desde então — desde o início de 2015, quando reeleita Dilma —, a política brasileira gira em torno da necessidade de aprovação desses dois pacotes burgueses, sem os quais o grau de acumulação capitalista parece não poder ser reestabelecido o suficiente (para a burguesia). Há três anos, portanto, a burguesia brasileira está praticamente paralisada politicamente, sem conseguir avançar muito, conquistando terrenos vagarosamente, mais graças à sorte do que à estabilidade na dominação política.

Temer conseguiu aprovar a reforma trabalhista por dois motivos: primeiro, porque a população brasileira deu uma trégua com a política burguesa após derrubar Dilma. Era uma pequena lua-de-mel com Temer. A burguesia era consciente dessa possibilidade, como revelam áudios dos grandes PMDBistas da época (que revelavam algo como: "tiremos Dilma e as massas se acalmam, a gente se salva, salva o Lula e salva todo o mundo"). Como Dilma era o foco, como Temer era um desconhecido, e como não havia partido de esquerda para conduzir a revolta, tudo se acalmou momentaneamente. Assim, Temer conseguiu, com margem pequena, aprovar a reforma trabalhista. Além disso, foi fundamental o papel traidor da CUT e demais centrais sindicais, que se negaram a chamar paralisações e greves maiores contra Temer, sobretudo quando este esteve por um fio, (frente ao escândalo de corrupção envolvendo a JBS). O PT não queria derrubar Temer, pois queria que este aprovasse as reformas antes de Lula possivelmente voltar, na eleição de 2018.

Mas Temer, envolvido em corrupção e odiado em seguida pela maioria da população, evidentemente, não conseguiu aprovar a segunda reforma — a da previdência. Esse papel coube (e cabe agora) a Bolsonaro, o novo presidente burguês de plantão.

Com Bolsonaro dá-se então algo parecido com o que houve com Temer. Bolsonaro foi eleito por ser o único capaz de aparecer como "anti-PT". Nos anos que se seguiram a 2013, nenhum partido esquerda ou revolucionário foi criado [b][c][d][e]como alternativa ao PT. A "esquerda" brasileira — que, no máximo, é centrista (reformista que tende a tomar posições de centro) — não teve coragem de se colocar contra o PT; não teve coragem de defender a queda de Dilma ou, depois, a prisão de Lula. Na melhor das hipóteses, lavou as mãos. Isso deixou um vazio político, no qual se instalaram e cresceram com grande facilidade grupos ditos de "direita", absolutamente incompetentes e estúpidos. Curiosamente, tais grupos, formados às vezes por adolescentes, apareciam como mais coerentes do que a "esquerda"; conseguiam calar os representantes desta em qualquer simples debate. Assim criou-se a base que desaguou em Bolsonaro.

A maioria da população brasileira não concorda com as posições pessoais lunáticas e violentas de Bolsonaro: em pesquisas nas véspera das eleições, a BTG Pactual, vinculada

ao empresário e ministro da fazenda do novo governo, Paulo Guedes, mostrava que 61% de seus eleitores eram contra a liberação porte de arma, 61% contra privatizações e 79% eram contra o aumento de idade da aposentadoria. Ainda assim, ele apareceu, ao final de todo o processo, como o “mal-menor”, o único capaz de derrotar o PT.

A lua-de-mel popular atual com Bolsonaro deve durar pouco. Os casos de corrupção já se alastram (seus filhos, seus ministros, dirigentes de seu partido etc.) e a burguesia já começa a desconfiar se Bolsonaro terá capacidade de aprovar a reforma da previdência (ou mesmo de manter-se no governo). Como revelam todos os analistas burgueses, não houve governo inicialmente tão débil no regime democrático-burguês. As avaliações e apoio popular ao presidente são os piores num primeiro trimestre de mandato desde a redemocratização. E agora ele tem de implementar a odiada medida da reforma da previdência, a mesma (com minúsculas diferenças) apresentada por Dilma. Do contrário, condenará seu governo diante do capital.

O discurso violento de Bolsonaro, seus ataques ao “marxismo”, ao comunismo e ao socialismo inexistentes[f][g][h], seu obscurantismo, sua propalação de ódio, são apenas formas em que aparece o desespero e o medo da burguesia, paralisada e em crise de dominação desde 2013. Tais características de Bolsonaro são, portanto, uma figuração nua e crua da mediocridade burguesa. A burguesia está a nu, em toda a sua vulgaridade, observada pelo gigantesco proletariado brasileiro por todos os lados. Consciente da sua fragilidade, ela desespera-se. Bolsonaro é um dos ultimos fios de sustentação do falido regime democrático-burguês, cujo fiel da balança sempre foi o PT (desde os anos 1980) por controlar o proletariado na verdadeira política (ou seja, não no teatrão do parlamento, mas na disputa pela mais-valia no chão de fábrica). A burguesia não sabe o que fazer, nem para onde ir, pois não é capaz de inventar um novo regime dominação do nada.

Bolsonaro e seus vigaristas em pouco tempo serão odiados pela nação, não apenas por casos de corrupção, mas também por suas propostas (como a reforma da previdência), que a cada dia fazem com que se assemelhem mais ao PT e aos demais partidos que pioram a vida de todos. Assim, todo o discurso desesperado da burguesia (pela voz de Bolsonaro) contra o “comunismo”, o “socialismo” e o “marxismo” terminará por gerar o efeito contrário. Enquanto uma suposta esquerda estava no poder, os charlatães de direita se apresentavam contra o sistema, ganhando notoriedade. Há no governo atual fissuras e divisões que tornam, num primeiro momento, ainda mais evidente a estupidez de seus diferentes quadros, empurrados pela crise de governabilidade a lançar-se diariamente uns aos pescoços dos outros. Mas há um setor que merece breve atenção. Embora devam ser tragados mais e mais pela crise em seu processo, os generais que chegaram ao Planalto são, sem sombra de dúvida, o setor menos carente de tutano no Executivo atual. Não à toa, esforçam-se para mostrar certa sanidade em meio ao hospício geral, com Mourão exercendo por vezes a função de voz sensata para a imprensa e a burguesia quando o bate-cabeça parece generalizado.

Este setor, entretanto, representaria tanto mais um risco na medida em que pudesse contar com o Exército como corpo unificado, já que se encontra próximo do topo da cadeia de comando. E, no entanto, sabemos que o apoio dado ao governo pelos militares de baixa

patente concentra-se sobretudo na figura de Bolsonaro, que era capitão. Não à toa, na discussão da Reforma da Previdência entre os militares, soldados e oficiais de baixa patente fizeram rapidamente alastrar-se o recado ao Planalto de que "votaram no capitão, não nos generais". Essa divisão de classe no seio do Exército é, portanto, ponto fundamental de atuação dos revolucionários na conjuntura atual e caminho para minar as possíveis bases de um rearranjo do governo com maior preponderância de seus generais. Temos de estar atentos aos desdobramentos dessa disputa no próximo período e trabalhar para jogar o capitão mais e mais no colo de seus generais, não caindo na armadilha petista de apoiar um contra os outros.

A queda histórica do PT — da qual Bolsonaro é só uma face — abrirá possibilidades para uma reorganização revolucionária do proletariado sob a bandeira do marxismo, bloqueada desde a década de 1980. O desenrolar desse processo dependerá, em primeiro lugar, destas circunstâncias criadas pela conjuntura inédita que se anuncia. E, em última instância, da postura que os diferentes setores da vanguarda da classe adotarem diante das lutas defensivas que se imporão nos próximos meses e anos, por meio das quais serão ininterruptamente testados. A primeira grande batalha, determinante para este processo, já começou: é preciso derrotar a Reforma da Previdência, entendendo que este processo de luta já será um capítulo fundamental da reorganização da vanguarda da classe.